Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais*

Elísio Estanque**

Resumo

O presente texto constitui uma síntese produzida a partir de estudos anteriores em torno das classes e desigualdades sociais em Portugal. Situando o problema no actual contexto de globalização da economia e das alterações que vêm ocorrendo no mundo laboral, discutem-se alguns dos impactos destes processos na sociedade portuguesa e o modo como se vêm desenhando novas linhas de segmentação e recomposição das classes. Pretende-se, por um lado, mostrar como as mudanças globais em curso promovem novos segmentos e polarizações de classe (inclusive o que é designado de *sobreclasses* e *subclasses*) ao mesmo tempo que induzem novas dinâmicas e divisões no seio da chamada classe média. Por outro lado, questiona-se o efeito destas tendências de mudança e de precariedade laboral no plano das práticas e atitudes subjectivas, mostrando o carácter ambíguo das orientações dos portugueses neste domínio, oscilando entre sentimentos de aceitação e de ressentimento. Discutem-se ainda quais as condições e mecanismos – sociais e institucionais – que poderão reverter tais sentimentos em novas formas de conflitualidade ou inverter a situação através de novos modos de regulação que reequilibrem o binómio Estado/mercado em favor do reforço da coesão social.

1. Introdução

Como sabemos, a temática das classes sociais tem vindo progressivamente a perder centralidade na análise sociológica. O presente texto assume-se como um ensaio que pretende recuperar alguma reflexão a partir do património teórico da análise de classes, embora evitando reeditar as velhas discussões marxistas relacionadas com o conceito de classe ou confrontar diferentes modelos abstractos acerca da sua actualidade ou não. Antes, parto do pressuposto de que a classe deixou de ser o único, ou o principal, determinante da acção colectiva (Pakulsky e Waters, 1996), embora

* Este artigo recupera parte substancial de um outro texto publicado pelo autor na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 71 sob o título "Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo".

** Professor Auxiliar e Investigador, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

permaneça um factor decisivo de estruturação das desigualdades, ou seja, a classe continua a contar (Wright, 1997). A realidade social tem vindo a tornar-se cada vez mais complexa e as novas clivagens criadas em torno de fenómenos como as identidades comunitárias, a exclusão, os movimentos sociais, assim como a diferença sexual, étnica, racial, religiosa, entre outras, assumem-se hoje como campos de dinamização da identidade e da acção colectiva que concorrem com a classe, apesar de geralmente se articularem com ela.

Na linha de trabalhos anteriores sobre este tema (Estanque, 2000, 2003 e 2004), procuro aqui recuperar duas ideias centrais: a primeira é a de que a dimensão socioeconómica e a esfera produtiva continuam a ser elementos centrais da análise social, quer porque são um factor decisivo de preservação da coesão das sociedades, quer porque permanecem o principal eixo de organização das desigualdades e das oportunidades dos indivíduos; a segunda é a de que as desigualdades não só continuam a ter no factor económico a sua pedra de toque incontornável, como assentam em estruturas e mecanismos relacionais – fundados em relações de interdependência, mecanismos de exploração e discrepâncias de poder – tendentes a assegurar privilégios e a reproduzir múltiplas formas de opressão e exclusão social.

Como resultado das actuais tendências de globalização económica e de fragmentação dos sistemas de trabalho, podemos hoje invocar novas linhas de recomposição social com forte impacto na reestruturação das classes. Pode dizer-se que esta recomposição tem implicações que incidem simultaneamente em todos os níveis da pirâmide social, ou seja, vai das novas elites profissionais, empresariais e institucionais às camadas mais excluídas e proletarizadas, passando pelos segmentos intermédios das chamadas "novas classes médias". Vale a pena situar alguns dos principais contornos destas tendências de transformação das estruturas de classe.

2. Subclasses e sobreclasses: dinâmicas transnacionais e de fragmentação

Em primeiro lugar, assistimos ao extraordinário aumento das situações de "atipicidade" laboral, em larga medida resultantes da *globalização* económica, tais como o trabalho precário, a desregulamentação dos direitos laborais, o tráfico clandestino de mão-de-obra (migrações ilegais), o trabalho infantil, a pobreza, o desemprego e o subemprego, etc. (Ferreira, 2003),[1] os quais se situam na estreita interdependência entre trabalho/ desemprego/ família/comunidades, induzindo lógicas de *localização* não só sobre os sectores mais dependentes e explorados da força de trabalho, mas sobre todo um leque de categorias sociais onde prolifera a pobreza, a exclusão e a opressão – ou seja, aqueles que sofrem os efeitos dos *globalismos localizados,* segundo a formulação de Santos (1995:263). São grupos sociais deste tipo que podem conceber-se como integrando as *subclasses locais*. São subclasses, porque, à luz dos indicadores convencionais, não possuem uma posição de classe bem definida, isto é, estão fora ou

[1] A propósito da desregulamentação e precariedade das relações laborais, veja-se ainda Ruysseveldt e Visser (1996), Beck (2000), Hyman (2002).

"abaixo" da classe trabalhadora tradicional. O caso dos trabalhadores migrantes, por exemplo, ilustra bem o efeito perverso da globalização neoliberal e o modo como esta promove novos efeitos "localistas". Para além das bolsas de pobreza e marginalização que as migrações ilegais ajudam a consolidar, estes sectores da força de trabalho transnacional, pode dizer-se, não se globalizaram, antes foram "deslocalizados", ficando, regra geral, mais fixos e territorialmente circunscritos, por vezes remetidos para uma condição de total dependência e objecto de todo o tipo de pressões.

Em segundo lugar, no topo da pirâmide social assistimos aos constantes fluxos de directores das grandes multinacionais, gestores de topo, funcionários das instituições do Estado, quadros altamente qualificados, dirigentes políticos, cientistas de renome, entre outros, que constituem uma nova elite socioprofissional e institucional que monopoliza conhecimentos, competências, informação, redes sociais, movendo-se a uma escala planetária. Eles acompanham e beneficiam da evolução tecnológica como ninguém, viajam em classe executiva e, no mesmo dia, mudam de continente e tomam refeições nos melhores restaurantes e hotéis, separados por milhares de quilómetros. Apesar da sua diversidade, estes sectores têm em comum privilégios de poder e riqueza e podem, por assim dizer, ser situados "acima" da estrutura de classes no sentido tradicional, formando, portanto, uma *sobreclasse global*,[2] visto que se posicionam acima da velha classe dominante de base nacional.

Estes fenómenos acompanham a recomposição das estruturas sociais e exprimem a multiplicação das desigualdades através da ampliação das distâncias – sociais e espaciais – com a passagem da escala nacional para a transnacional. É claro, porém, que este aumento das desigualdades não significa apenas uma mudança de escalas. Significa sobretudo um fantástico acentuar dos níveis de complexidade, dada a emergência de novos factores de instabilidade e novos processos de fragmentação e reconversão das diferentes posições de classe que fazem parte da mudança estrutural do mercado de emprego, do sistema de ensino, das instituições do Estado e da sociedade no seu conjunto. Ou seja, as mudanças sociais em curso no contexto da globalização traduzem-se numa crescente ampliação e intensificação dos processos de estruturação das desigualdades e das classes sociais, tendências estas cujo impacto na estrutura social de cada país vai juntar-se – e tornar ainda mais complexos – os fenómenos de transformação social, alías já em marcha pelo menos desde a segunda metade do século XX, sobretudo nos países industrializados do Ocidente.

No que respeita à estrutura das classes do nosso país, as transformações sociais e laborais ao longo das últimas três décadas têm promovido todo um conjunto de alterações muito significativas que acrescentam novas dificuldades ao movimento sindical e põem em causa a centralidade da classe como motor da acção colectiva. Muitos destes fenómenos são já antigos nas sociedades mais avançadas da Europa, mas só se fizeram sentir em Portugal nas últimas três décadas: (*i*) novas divisões internas no

[2] Alguns autores como Leslie Sklair analisam a importância crescente da *Classe Capitalista Transnacional* (Sklair, 2001). Esta conceptualização foi ainda inspirada em autores como P. Evens (1979), Becker e Sklar (1987), Santos (1995: 252-268 e 2001: 31-106), Lash (1999: 19-20).

seio dos assalariados – entre manuais e não manuais, entre tecnocratas e burocratas, entre qualificados e não qualificados –, como resultado da evolução tecnológica na indústria, da profissionalização da gestão, do crescimento do sector público, etc.; (*ii*) aumento dos índices de mobilidade social no quadro da crescente terciarização da sociedade, a qual, por sua vez, se deve ao conjunto de mudanças estruturais, em larga medida induzidas pela integração na Comunidade Europeia, com evidente impacto na estrutura do emprego e nos processos de litoralização e concentração urbana; (*iii*) crescente diferenciação interna da *classe média*[3] assalariada e novas tensões e clivagens no seu seio, com a emergência de novas profissões – justapondo sectores em declínio e sectores emergentes –, criando novas lógicas de fechamento e diferentes estilos de vida; (*iv*) fragilização da acção colectiva no sector industrial, resultante da crescente precariedade, desemprego e subemprego, o que se traduz numa notória redução dos índices de filiação e participação sindical nestes sectores; (*v*) aumento dos níveis de sindicalização em alguns segmentos da classe média, o que se liga ao aumento da institucionalização das estruturas sindicais e do neocorporativismo; (*vi*) novos padrões de formação de classes e crescimento de novas clivagens e polarizações de tipo pós-fordista e pós-industrial, designadamente com o aparecimento de fenómenos de proletarização tanto no sector dos serviços como no sector industrial; (*vii*) emergência de novas modalidades de acção colectiva e novos movimentos de protesto, com significativos impactos nos planos cultural e político (Butler e Savage, 1995; Eder, 1993; Esping-Anderson, 1993; Melucci, 1996; Parkin, 1968; Touraine 1969 e 1981).

Estas tendências de recomposição da estrutura das classes e das modalidades de acção colectiva têm assumido no nosso país alguns contornos particulares, quer no que respeita às novas linhas de fragmentação classistas, quer no plano das atitudes subjectivas.

[3] Esta noção levantou no passado inúmeras polémicas no seio das ciências sociais. Marx deu-lhe pouca importância porque acreditava que se tratava de "classes de transição", preferindo acentuar o que julgou ser a crescente dicotomia da luta de classes, entre a burguesia e um proletariado cada vez mais homogéneo. Por seu lado, Max Weber e os seus seguidores perceberam que, pelo contrário, com o desenvolvimento do capitalismo a classe média iria crescer à medida que aumentava também a heterogeneidade da classe trabalhadora e o fenómeno da mobilidade social. Não pretendo retomar aqui essa discussão, mas vale a pena referir que a "classe média", sobretudo quando se trata de pensar em trabalhadores assalariados, é definida por negação, isto é, principalmente desde meados do século passado, esta categoria passou a ser vista como correspondendo aos diversos sectores da força de trabalho que não fazem parte nem dos *blue collars* (ou colarinhos azuis), como a literatura consagrou a velha classe operária manual, nem, evidentemente, da classe dominante. Assim, em sentido amplo, referimo-nos à classe média quando falamos dos empregados de escritório, dos funcionários, burocratas e tecnocratas dos sectores público e privado, dos professores, profissões técnicas, quadros intermédios e trabalhadores qualificados, etc. Este conjunto tão diverso não constitui nem nunca constituiu uma "classe" no verdadeiro sentido do termo, mas tão-só uma "mancha", algo nebulosa, que se situa algures entre as elites e o povo, ou entre a classe dominante e a classe trabalhadora manual. Também já foi designada como "nova classe operária" (Mallet e Gorz), "nova classe" (Gouldner), "nova pequena burguesia" (Poulantzas), "lugares contraditórios nas relações de classe" (Wright). Muitos consideram que estes sectores são sobretudo portadores de valores individualistas e, por vezes, funcionam como uma espécie de "zona tampão" ou ainda uma "classe de serviço" (Goldthorpe) que contribui para amortecer os conflitos estruturais e a luta de classes, prestando assim um serviço à classe dominante ao contribuir para a reprodução do sistema. Veja-se, entre outros, Dahrendorf (1982), Giddens (1975), Goldthorpe (1969, 1995), Wright (1983), Erikson e Goldthorpe (1992) e Estanque (2003).

Nos estudos realizados no Centro de Estudos Sociais sobre as classes sociais na sociedade portuguesa (Estanque e Mendes, 1998) e sobre o que designei como o *efeito classe média* (Estanque, 2003) foi possível mostrar com evidência empírica alguns desses contornos. Por exemplo, a categoria de classe dos "proletários"[4] possuía, em meados da década de noventa, um peso percentual de 46,5% da população activa empregada, sendo que, destes, cerca de 24% trabalhavam no sector público. Ora, isto significa, desde logo, que uma parte importante dos assalariados dos serviços – que em geral são considerados como integrando a classe média assalariada – se posicionam aqui num segmento bastante despojado de recursos, a comprovar que a terciarização não significa um simples "engrossar" da classe média, significando, em vez disso, um reforço destas camadas proletarizadas, que parecem estar em crescimento também no terciário.

Na verdade, estas pesquisas comprovaram o escasso peso percentual dos assalariados das categorias intermédias no conjunto da população activa portuguesa. Por exemplo, os quadros superiores e as chefias, qualificados e semi-qualificados não ultrapassavam os 5,6% da população e os restantes segmentos intermédios (com poucas qualificações e sem autoridade, por vezes designados por "lugares contraditórios de classe") somavam apenas 11,5%, o que significa uma percentagem global de cerca de 17% dos activos empregados (exceptuando os trabalhadores por conta própria).[5] Refira-se ainda que o grosso destas posições "contraditórias" (ou de classe média) se empregava no sector estatal da economia. É certo que os resultados obtidos alguns anos depois com base nos inquéritos do ISSP (*International Social Survey Programme*), a partir de critérios idênticos, revelaram um relativo crescimento das categorias intermédias com mais qualificações e uma redução da categoria proletária.[6] Porém, tanto os quadros intermédios com posições de autoridade, como por exemplo, os supervisores continuavam a ter um peso muito inferior ao dos outros países usados como termo de comparação.[7]

[4] Que inclui não apenas o operariado industrial desqualificado, mas o conjunto de segmentos da força de trabalho mais precarizada, isto é, sem recursos de autoridade nem qualificações significativas. Note-se que os critérios estruturais utilizados nestes estudos, baseados no modelo de análise neomarxista de Erik Olin Wright, não seguiram as tipologias tradicionais das teorias da estratificação social, mas sim uma tipologia baseada na combinação de: recursos de *propriedade;* recursos educacionais e *qualificações;* e *recursos organizacionais* ou de autoridade. Veja-se, a este respeito, Wright (1985), Estanque e Mendes (1998: 66-72) e Silva (2003).

[5] Se incluíssemos estes, teríamos, no primeiro estudo (Estanque e Mendes, 1998), um total de 27,3% da população activa empregada, e se lhes somássemos, por fim, os independentes do sector agrícola (12,4%) teríamos, ao todo, 39,7% para o conjunto das posições de classe que, em sentido lato, poderiam ser incluídas na chamada classe média. Isto seria de facto um exagero, sobretudo se pensarmos que, além dos "independentes" serem muitas vezes dependentes de facto, também o sector agrícola português vive ainda em boa parte em regime de subsistência, e, portanto, encontra-se mais próximo da condição "proletária", ou seja, confunde-se com a classe trabalhadora manual.

[6] Neste segundo estudo, cujo inquérito foi aplicado quatro anos mais tarde, as categorias de classe sofreram ligeiras agregações na tipologia utilizada, mas mesmo assim pode dizer-se que a soma das categorias intermédias dos assalariados correspondeu a cerca de 24% da população activa (isto excluindo também os independentes e os trabalhadores semiqualificados) (Estanque, 2003: 82).

[7] O *International Social Survey Programme* (ISSP) refere-se aqui a dados de 1999 e integrou o projecto sobre Atitudes Sociais dos Portugueses, conduzido pelo ICS e publicado por M. Villaverde Cabral, Jorge Vala e André Freire (orgs.) (2003), *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça*. Lisboa: ICS. Os países comparados no meu estudo (Estanque, 2003) foram neste caso a Suécia, o Canadá e a República Checa. Por outro lado, no estudo antes mencionado (Estanque e Mendes, 1998), os dados foram recolhidos em 1995 e os países aí comparados foram a Suécia, os EUA e a Espanha.

3. A acção estatal e a segmentação de classes

As classes médias assalariadas e o seu maior ou menor peso relativo na estrutura socioprofissional constituem, sem dúvida, um indicador precioso para medir o nível de modernização ou de desenvolvimento tecnológico de cada sociedade. Como é sabido, as políticas estatais e governativas têm um alcance muito relevante nesse domínio. Os efeitos da acção do Estado para promover a estruturação da actividade produtiva podem ser directos ou indirectos e ocorrer através de uma diversidade de canais. Basta lembrar que todo o aparelho legislativo e de enquadramento institucional que o Estado leva a cabo produz e reproduz múltiplas interdependências entre a acção estatal e a vida económica mais geral, seja nas economias mais estatizadas, seja nas mais liberais, como diversos autores já mostraram. O Estado e o mercado constituem desde sempre instâncias de eleição, enquanto factores de racionalidade dos sistemas sociais e, por isso, as principais estruturas das sociedades sofrem permanentemente a influência, directa ou indirecta, desses dois pilares fundamentais da regulação social. A capacidade de cada um deles em tais processos oscila evidentemente perante diferentes condições históricas e, como sabemos, as tendências de globalização das últimas décadas têm reforçado drasticamente o papel do mercado, restringindo ao mesmo tempo o papel do Estado, mas é a este, em primeiro lugar, que compete inverter essa tendência através da sua função reguladora (Jessop, 1990; Offe, 1984 e 1985; Santos, 1990 e 1994).

O peso do Estado na estruturação da "classe média" portuguesa tem sido acompanhado de processos sociais profundos de recomposição e mudança estrutural do mercado de emprego, processos esses que vêm redesenhando novas linhas de clivagem e segmentação da classe trabalhadora no seu conjunto e, em particular, entre fracções distintas da classe média. Pode mesmo dizer-se que se assiste a uma disputa pela monopolização e redefinição das posições de *status* entre essas diferentes fracções, com ganhos e perdas de umas em relação às outras. Na verdade, questões correlatas desta discussão como a mobilidade social e a meritocracia são hoje em dia muito problemáticas, pois os mecanismos de fechamento são extremamente poderosos, conseguindo geralmente sobrepor-se ao critério do "mérito". E mesmo aqueles (poucos) que chegam às elites pelo seu talento "fecham as portas atrás de si logo que tenham alcançado o seu *status*. Os que lá chegaram por 'mérito' passam a querer ter tudo o resto – não apenas poder e dinheiro, mas também a oportunidade de decidir quem entra e quem fica de fora" (Dahrendorf, 2005).

Nos últimos anos ampliou-se imenso o volume de trabalhadores qualificados que trabalham em regime de recibos verdes, com toda a panóplia de situações de abuso de poder e de intensificação da pressão produtivista, fenómenos que atingem hoje diversos sectores da força de trabalho, incluindo a classe média, seja nos serviços públicos, seja no terciário em geral, acentuando as relações de dependência, a precariedade e a proletarização de facto. Deste modo, a chamada "classe média" não só apresenta contornos dúbios e nunca foi efectivamente muito ampla no nosso país, como parece na realidade ter igualmente entrado em quebra. Ou seja, o reforço da classe média é-o mais na aparência do que na realidade, sobretudo se atendermos a que uma parte significativa dos funcionários e empregados do sector terciário (estatal ou não) se

aproxima da categoria proletária, muito embora no plano subjectivo se veja a si própria como inserida na classe média. O estudo atrás referido revelou que, em Portugal, cerca de 37% dos "proletários" se auto-identificam como membros da "classe média" (agregando as subcategorias média-baixa, média e média-alta) e o mesmo acontece com 52% dos empregadores (Estanque, 2003: 100).

Por outro lado, as transformações em curso no mundo laboral e na economia global estão a ter efeitos drásticos sobre os sectores menos qualificados da classe trabalhadora, com especial incidência no operariado industrial. No actual cenário de contracção e crise económica, as orientações neoliberais que têm prevalecido no contexto mundial e europeu, com a intensificação da concorrência dos países asiáticos e os processos de deslocalização de empresas, de privatização e reestruturação nos mais variados domínios, têm evidentes repercussões tanto na oferta de emprego como no tipo de vínculo laboral, o que incide directamente no maior ou menor grau de segurança, estabilidade ou precariedade das classes trabalhadoras. Estes processos traduzem-se em movimentos de ampliação e contracção de diferentes categorias da força de trabalho, actuando como factores de risco e instabilidade entre variados sectores profissionais, funcionários administrativos, técnicos e especialistas de diversos tipos. Daí resulta um constante reposicionamento entre segmentos e em particular nos que ocupam o espaço social da classe média assalariada, fazendo com que uns entrem em declínio e percam estatuto, proletarizando-se, e outros ganhem ascendência e reforcem a sua posição na luta pela consolidação ou usurpação de *status* compatíveis com estilos de vida desejáveis.

Porém, se estes traços se fazem notar sobretudo nos sectores de emprego mais estável, é sabido que a situação no mercado de trabalho tem vindo nos últimos anos a dar lugar a um aumento da debilidade e da impotência colectiva por parte não só dos sectores tradicionais da indústria, mas também, e sobretudo, daqueles que vêm emergindo na sua sombra. Refiro-me às situações de emprego precário, às camadas que apenas acedem ao mercado de trabalho por períodos curtos e sem possibilidade de verem os seus direitos protegidos, aos trabalhadores migrantes não documentados e, enfim, aos fenómenos de pobreza (escondida ou exposta) e de marginalização que vêm proliferando no nosso país, em especial nas comunidades periféricas das nossas metrópoles urbanas.

Os imigrantes não documentados, em particular oriundos do Brasil e dos países do Leste da Europa – sobre os quais não existem dados estatísticos, mas que, segundo diversas estimativas, atingem as dezenas de milhares – estão a tornar-se uma autêntica massa de neo-proletários que alimentam as economias europeias e que engrossam diariamente as subclasses que atrás referi. A situação de carência e particular fragilidade em que se encontram obriga-os a aceitar entrar no jogo da hiper-exploração, tornando-se vítimas da prepotência patronal, aceitando horários duplos com um parco salário que apenas chega para a sobrevivência em condições sub-humanas, vivendo em barracões ou apartamentos degradados e sobrelotados e sujeitando-se a formas sobrepostas de exploração tanto por parte de patrões como de senhorios sem escrúpulos (Téchio, 2005). Estas camadas proletárias crescem não só devido à pressão mercanti-

lista, que perverte as normas mais elementares do direito laboral, como devido a uma ineficiente acção das instâncias inspectivas e, portanto, a uma incapacidade do Estado democrático para pôr em prática a acção reguladora e integradora que lhe cabe.

O acentuar das desigualdades e as tendências de segmentação e reestruturação do mercado de trabalho são reveladoras, não de que a sociedade portuguesa esteja a evoluir paulatinamente de um modelo agro-industrial para uma sociedade de serviços, fundada na inovação tecnológica e nas novas formas de conhecimento e comunicação, mas antes exprimem a enorme complexidade de uma sociedade em *transição problemática,* atravessada por múltiplas contradições e fortes desigualdades sociais, que parece *pressionar para baixo* alguns dos sectores da força de trabalho que, aparentemente, já teriam descolado da velha condição empobrecida em que se encontravam. As velhas clivagens mantêm-se, juntando-se-lhes agora as novas.

Às contradições clássicas entre trabalho manual e emprego no terciário, entre trabalhadores e empresários, entre ricos e pobres, excluídos e incluídos, mulheres e homens, somam-se agora as novas desigualdades da era da globalização, entre qualificados e não-qualificados, info-incluídos e info-excluídos, emprego estável e emprego precário, licenciados e não-licenciados, portugueses e imigrantes, trabalhadores legais e ilegais, maioria e minorias étnicas ou sexuais, etc. Paralelamente, a crise social e económica que temos vivido nos últimos anos, com a deslocalização de empresas, o aumento do desemprego, o aumento da "flexibilidade", a fragmentação do trabalho e a multiplicação dos seus regimes contratuais, o desrespeito pela legislação laboral, entre outros fenómenos, são factores que têm vindo a acentuar a precariedade e a contribuir para gerar novos sectores proletarizados, tanto os associados a velhas profissões do sector industrial como alguns dos que se inserem na chamada classe média (Esping-Andersen, 1993; Estanque, 2003 e 2004).

4. Percepção subjectiva dos conflitos de interesse: ressentimento e aceitação

A situação social e laboral do nosso país tem sido marcada por fenómenos como os que acabei de descrever, o que, em parte, explica a fraca conflitualidade existente e o evidente enfraquecimento da participação organizada nos planos cívico, sindical e político. Pode parecer paradoxal, mas a conhecida tendência para o consentimento por parte dos portugueses não é incompatível com um vincado sentido da existência de conflitos de interesse (refiro-me sobretudo à percepção subjectiva de diversos antagonismos instalados). Alguns estudos recentes sobre as atitudes subjectivas mostraram que os actores sociais na sociedade portuguesa têm um sentido aguçado da presença de interesses conflituais muito significativos entre todas as polarizações consideradas, nomeadamente entre ricos e pobres, entre lavradores/patronos e camponeses destituídos entre classe média e classe trabalhadora ou entre trabalhadores e directores (cf. respectivamente Silva, 1998; Cabral, 1997 e 2003; Estanque, 2000 e 2003).

Se atentarmos na clivagem entre a classe trabalhadora e a classe média, por exemplo, verifica-se que os portugueses a consideram muito importante, já que 63,2% deles assinalaram a existência de conflitos de interesse "fortes" ou "muito fortes" en-

tre aqueles dois segmentos sociais (Estanque, 2003:94). Não só os padrões de vida de cada uma dessas categorias (classe trabalhadora e classe média) são vistos enquanto divergentes, como, além disso, permite-nos concluir que há uma luta simbólica pela demarcação de campos entre ambas. Isto diz-nos alguma coisa acerca do que designei como um *efeito de classe média,* enquanto referente simbólico e social no imaginário dos portugueses. Trata-se de um efeito de "atracção" que exprime o facto de a identificação subjectiva com a "classe média" tender a ampliar-se para lá dos limites (objectivos) dessa camada. Isto pode ajudar-nos a interpretar a percepção dos interesses entre classe trabalhadora e classe média como conflituais. Parece haver no plano subjectivo uma disputa que ocorre em dois sentidos: na perspectiva dos que já se consideram inseridos na classe média e que, desta forma, estariam a mostrar a sua diferença de estatuto; e na perspectiva dos que se identificam com a classe trabalhadora, deixando antever neste caso as dificuldades em alcançarem uma posição de classe média.[8]

O conflito entre directores e trabalhadores é aquele que recolhe maior volume de respostas a assinalá-lo como relevante (87,8%). Isto comprova, antes de mais, a centralidade das relações de trabalho enquanto campo de estruturação das desigualdades, quer em termos objectivos, quer no plano subjectivo. A rápida reestruturação que o tecido produtivo tem vindo a sofrer em Portugal, aliada à presença de experiências marcantes de luta sindical num passado histórico recente, faz com que hoje, apesar da crescente fragilização do sindicalismo, as representações subjectivas denotem fortes clivagens sociais estruturadas em torno das condições de trabalho, não obstante as actuais tendências de precarização inibirem a expressão aberta dos conflitos laborais.

Estas indicações devem ser interpretadas em conjugação com a ideia já clássica que aponta a *distância ao poder* como um dos traços mais evidentes na sociedade portuguesa (Hofstede, 1980). Ou seja, os portugueses tendem a incorporar elevados níveis de tolerância perante as discrepâncias de poder e de *status*. A percepção da existência de antagonismos que atravessam a sociedade não significa, portanto, uma intolerância face aos mesmos, mas talvez a ideia de que existem posições bem delimitadas de oportunidade e de privilégio (simbólicas e materiais). As desigualdades objectivas parecem ampliar-se no plano subjectivo, espelhando níveis significativos de privação relativa entre os portugueses. Porém, isso não se traduz em contestação e em aumento dos conflitos de trabalho, porque tais atitudes são suportadas por mecanismos de consentimento e por forças – em que se combinam poderes despóticos com resignação e aceitação – que impõem uma "paz laboral" fundada no medo e na dependência do trabalhador (Burawoy, 1985 e 2001).

Sabemos como na esfera laboral a elevada margem de tolerância que os subordinados admitem relativamente ao exercício da autoridade por parte dos seus superiores hierárquicos facilita todo o tipo de abusos. Por um lado, quem ocupa posições de destaque e lugares de chefia exige uma dedicação sem limites por parte dos

[8] Uma interpretação que se inspira na concepção de Frank Parkin sobre os conceitos de *estratégias de exclusão* e *estratégias de usurpação* (Parkin, 1979).

subordinados. Por outro lado, os próprios subordinados, ou por falta de alternativas ou porque esperam daí retirar algum retorno, não raro se deixam enredar numa lógica de resignação, alimentada por sentimentos de lealdade incondicionais, amplificando assim os recursos de autoridade dos seus superiores. Donde, quando esses laços de afinidade e dependência se quebram e a parte mais fraca começa a invocar direitos, serem constatadas amiúde reacções violentas, pessoais ou institucionais, mais abertas ou mais subtis, dando lugar aos chamados fenómenos de violência psicológica e de assédio moral no trabalho, quando não de violência física (como testemunham os vários processos judiciais que têm decorrido nos tribunais).

As divisões existentes na sociedade portuguesa e no mundo laboral são, portanto, expressão das barreiras sociais instaladas, mas convém acrescentar que a precariedade é, ao mesmo tempo, uma realidade objectiva e um sentimento subjectivo. Tanto o aumento do desemprego como o peso dos contratos a prazo em Portugal muito têm contribuído para esse sentimento nos últimos anos. A propensão para a resignação por parte do trabalhador acentua-se à medida que interioriza o sentimento de dependência e o receio de perder o emprego, enquanto o ponto de vista patronal confunde deliberadamente precariedade com "flexibilidade". Com efeito, o aumento da flexibilidade significa, na prática concreta das empresas, um reforço das condições de exercício do poder sobre o trabalhador, que o obriga a aceitar tudo – a aceitar sem protesto as ordens da hierarquia, mesmo quando é remetido para tarefas para as quais não se sente preparado ou que agridem as suas qualificações e estatuto. Assim, a precariedade, sendo igualmente uma vivência subjectiva, traduz-se na impotência e no medo. E a incorporação do medo, por sua vez, dá lugar à aceitação ou resignação, isto é, à autonegação da luta pelos direitos.

No actual panorama, e sobretudo sendo a relação salarial tão precária, o trabalhador sabe que pode a qualquer momento ser descartado. Daí o retraimento, os mecanismos subjectivos de fuga, de evasão mental, o medo de retaliações, que, apesar de alimentarem em geral um forte sentimento de contrariedade no trabalho, se traduzem na recusa em participar no activismo sindical ou noutras formas de acção colectiva. Contudo, importa, apesar disso, recordar que estas culturas de ressentimento escondem no quotidiano fabril uma multiplicidade de formas tácitas de resistência e subversão perante os mecanismos disciplinares, sob a forma de jogos de poder quase invisíveis, mas de grande relevância sociológica, conforme mostrei através da observação participante realizada numa fábrica de calçado (Estanque, 2000).

Efectivamente, apesar de contidas sob lógicas subjectivas de elevada tolerância, as relações laborais nestes ambientes podem reverter-se numa conflitualidade desregulada, de consequências imprevisíveis, em particular se as condições de vida se agravarem bruscamente para lá das margens toleráveis de *privação relativa*. Convém entretanto lembrar que as margens de tolerância são menores nos casos em que a intervenção estatal é maior e a relação salarial mais estável. Se, em alguns sectores, o princípio da regulação obedece a fundamentos socioculturais e à não aplicação do quadro legal, pode esperar-se que uma recontratualização das relações laborais assente exclusivamente no princípio do mercado venha a legalizar o dualismo inclusão/

exclusão, induzindo situações de *desregulação de facto* (Ferreira, 2003: 130). Segundo um estudo recente, Portugal é um dos países (ao lado do Brasil)[9] onde estão mais presentes ideias como a de que "é preciso ser corrupto para se ter êxito na vida" (40,7% de concordância), ou a de que "as desigualdades existem porque beneficiam os ricos e poderosos" (80%), ou ainda a de que "as desigualdades continuam porque as pessoas não se unem para lutar contra elas" (69,6%) (Cabral, 2003). Estas indicações evidenciam bem a presença dos sentimentos de impotência e ressentimento associados ao acentuar da precariedade.

Conclusão

Em suma, podemos de tudo isto retirar a ideia de que a classe, embora tenha perdido influência enquanto determinante fundamental da acção colectiva e da luta política, continua a estruturar mecanismos de desigualdade social que, apesar de serem hoje mais instáveis e movediços, produzem, por um lado, novas segmentações que se fazem sentir no seio dos diferentes sectores da força de trabalho que rivalizam entre si pela apropriação de recursos e pelo acesso a posições sólidas de classe média e, por outro lado, promovem novas clivagens entre quem está dentro e quem está fora do mercado de trabalho. E, se esta última divisão estabelece – ou recupera – o velho papel do chamado "exército de reserva" como elemento fragilizador do potencial de rebeldia da classe trabalhadora, a eficácia de uma tal lógica surge ainda reforçada pelo facto de estar a crescer em exponencial um novo sector intermédio, isto é, um sector particularmente débil que se situa ou se move na zona instável entre o emprego e o não-emprego, entre a inclusão precária e a exclusão periódica. Na ausência de um Estado-providência sólido e eficaz, e num contexto de crise profunda da economia e do emprego e das instituições, as subclasses e os sectores em declínio da classe trabalhadora podem vir a avolumar-se ao ponto de despoletar movimentos e protestos estranhos à velha luta revolucionária mas com consequências devastadoras para a coesão social e o regime democrático. Num tal cenário, caberá à consciência crítica e à capacidade de acção e de liderança de movimentos, sindicatos, partidos e associações saberem daí retirar apoio para relançar o conflito político em novos moldes. No cenário oposto, isto é, para que seja possível evitar que a agudização do conflito social conduza ao descontrolo, caberá aos dirigentes e responsáveis políticos e institucionais demonstrar a capacidade suficiente para inverter essa tendência e recuperar a eficácia do Estado na defesa dos mecanismos de diálogo, no estímulo à participação dos cidadãos e sobretudo na execução de reformas e programas orientados para o desenvolvimento, a inclusão e a justiça social.

[9] Os outros países incluídos na análise de M. Villaverde Cabral são o Canadá, a Espanha, a República Checa e a Suécia (Cabral, 2003).

Referências bibliográficas

BECK, Ulrich (2000), *Un Nuevo Mundo Feliz: la precaridad del trabajo en la era de la globalización.* Barcelona: Paidós.

BECKER, David e SKLAR, Richard, (1987) "Why postimperialism?" *in* D. Becker *et al., Post-Imperialism.* Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1-18.

BURAWOY, Michael (1985), *The Politics of Production.* Londres: Verso.

BURAWOY, Michael *et al.* (2001), *Global Ethnography: Forces, Connections, and Imaginations in a Postmodern World.* Berkeley/Londres: University of California Press.

BUTLER, Tim e SAVAGE, Mike (eds.) (1995), *Social Change and the Middle Classes.* Londres: UCL Press.

CABRAL, Manuel Villaverde (2003), "Percepções e avaliações das desigualdades sociais e económicas em perspectiva comparada: Portugal, Brasil e outros países", *in* M.V. Cabral, J. Vala e A. Freire (orgs.) *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça.* Lisboa: ICS, pp. 35-68.

CABRAL, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal.* Oeiras: Celta.

DAHRENDORF, Ralf (1982) [1959], *As Classes Sociais e os seus Conflitos na Sociedade Industrial.* Brasília: Universidade de Brasília.

DAHRENDORF, Ralf (2005), "Ascensão e queda da meritocracia", artigo de opinião no jornal *Público*, 2/05/2005, p. 7.

EDER, Klaus (1993), *The New Politics of Class — Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies.* Londres: Sage.

ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John (1992), *Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies.* Oxford: Clarendon Press.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies.* Londres: Sage/ISA.

ESTANQUE, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade.* Porto: Afrontamento.

ESTANQUE, Elísio (2003), "O efeito classe média – desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI", *in* M. V. Cabral (org.), *Percepções e avaliações das desigualdades e da justiça em Portugal numa perspectiva comparada.* Lisboa: ICS, pp. 69-105.

ESTANQUE, Elísio (2004), "A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global", *in* B.S. Santos (org.), *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Colecção *Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos, Vol. 5*. Porto: Afrontamento, 297-334.

ESTANQUE, Elísio; MENDES, José Manuel (1998), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal – um estudo comparativo.* Porto: Afrontamento.

EVENS, Peter (1979), *Dependent Development: the Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil.* Princeton: Princeton University.

FERREIRA, António Casimiro (2003), *Trabalho Procura Justiça: As formas de resolução dos conflitos de trabalho na sociedade portuguesa.* Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento).

GIDDENS, Anthony (1975), *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas.* Rio de Janeiro: Zahar.

GOLDTHORPE, John (1969), *The Affluent Worker.* Cambridge: Cambridge University Press.

GOLDTHORPE, John (1995), "The service class revisited", in T. Butler e M. Savage (orgs.), *Social Change and the Middle Classes.* Londres: University College London, pp. 313-329.

HOFSTEDE, Geert (1980), *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values.* Londres: Sage.

HYMAN, Richard (2002), "Europeização ou erosão das relações laborais?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62. Coimbra: CES, 7-32.

JESSOP, Bob (1990), *State Theory: Putting the Capitalist State in its Place.* Cambridge: Polity Press.

LASH, Scott (1999), "Crítica da informação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54. Coimbra: CES, pp. 13-30;

MELUCCI, Alberto (1996), *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age.* Cambridge: Cambridge University Press.

OFFE, Claus (1984), *Contradictions of the Welfare State.* Cambridge: MIT Press.

OFFE, Claus (1985), *Disorganized Capitalism.* Oxford: Polity Press.

PAKULSKY, Jan e WATERS, Malcolm (1996), *The Death of Class.* Londres: Sage.

PARKIN, Frank (1968), *Middle Class Radicalism*. Manchester: Manchester University Press.
PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*. Londres: Tavistock.
RUYSSEVELDT, Joris e VISSER, Jelle (1996), *Industrial Relations in Europe*. Londres: Sage.
SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sence*. Londres/ Nova Iorque: Routledge.
SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
SILVA, Manuel Carlos (2003), "Por uma concepção multidimensional de classe: o contributo de Bourdieu" in *Forum Sociológico*, 9/10:111-126.
SKLAIR, Leslie (2001), *The Transnational Capitalist Class*. Oxford/ Malden, MA: Blackwell.
TÉCHIO, Káchia (2005) "Trabalhadores brasileiros em Portugal: dos indocumentados aos 'legais': todo dia, tudo igual". Trabalho do Seminário "Movimentos Sociais Transnacionais", inserido no programa de Mestrado Pós-Colonialismos e Cidadania Global. Coimbra, FEUC.
TOURAINE, Alain (1969), *La Société Post-Industrielle*. Paris: Editions Denoël.
TOURAINE, Alain (1981), *The Voice and the Eye. An Analysis of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
WRIGHT, Erik Olin (1983), "O que é o *neo* e o que é marxista na análise *neo*-marxista das classes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 12, 9-40.
WRIGHT, Erik Olin (1985), *Classes*. Londres: Verso.
WRIGHT, Erik Olin (1997), *Class Counts*. Cambridge: Cambridge University Press.